

PARA REVISITAR A INFÂNCIA: UMA LEITURA SOBRE MEMÓRIA E ESCRITA, EM GRACILIANO RAMOS¹

CHILDHOOD REVISITED: A READING ABOUT MEMORY AND WRITING IN GRACILIANO RAMOS

Aline Ferreira Bastos²

“Que paixão anima, desde a autoria, ao desvelamento, à aparição, tangível ou intangível, como diria Hannah Arendt, desses rastros do eu: escritas, imagens, objetos, atmosferas? [...] Por que o corpo, a voz, a palavra ‘própria’ – esse imaginário da presença –, conservam ainda sua aura de autenticidade, apesar de tantas mediações?”

Leonor Arfuch

RESUMO

Nossa proposta é investigar a elaboração do discurso do *eu* na construção do passado em *Infância*, de Graciliano Ramos, e demonstrar a relevância da escrita como instrumento de reconstrução de uma ideia de identidade.

Palavras-chave: imaginação, memória, função social, escrita.

ABSTRACT

Our proposal is to investigate the organization of the discourse of the *self* in the construction of the past, in Graciliano Ramos's *Infância*, and to highlight the relevance of writing as an instrument of reconstruction of an idea of identity.

Keywords: imagination, memory, social function, writing.

A memória é objeto de estudo desde a Antiguidade Clássica, para não citar

¹ Parte deste artigo pertence a alguns capítulos da dissertação de mestrado intitulada *Compondo urupemas: observação, imaginação e reflexão no processo de reconstrução das memórias de Infância*, de Graciliano Ramos, aprovada pela UERJ, em 2015.

² Doutoranda em literatura brasileira, pela UERJ. Mestre em literatura brasileira pela UERJ, 2015. Especialista em literatura brasileira, pela UERJ, 2012. Graduada em Letras – Português/ Inglês, UNIMSB, 2006. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0551833245742263>. E-mail: bfaline87@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5703-3354>

abordagens pré-socráticas. Considerada uma arte, fazia parte dos cinco elementos da retórica: *inventio*, *dispositio*, *elocutio*, *pronuntiatio* e *memoria*. De acordo com Yates (2007, p. 17-18), pertence à Cícero a história anedótica de que foi Simônides de Ceos o inventor da arte da memória, segundo a qual, durante o oferecimento de um banquete, este entoou um poema, no qual fez alusão aos deuses Castor e Pólux. Após o rei Scopas, por esta referência, se negar a realizar o pagamento, o poeta foi informado de que dois jovens o aguardavam do lado de fora e, enquanto os procurava inutilmente, o teto de onde estava sendo oferecido o banquete desabou, matando todos os convivas.

Tamanho foi o desastre que os corpos ficaram irreconhecíveis para que as famílias pudessem fazer os funerais adequadamente. Mas Simônides recordava-se dos lugares onde cada convidado estava sentado e ajudou as famílias a localizá-los. Com isso percebeu a importância da ordem na composição da memória. Sua prática consistia em organizar por imaginação lugares e imagens com os quais estava relacionado aquilo que se deveria lembrar. Sendo assim, havia dois tipos de memória: a chamada natural, “inserida em nossas mentes, que nasce ao mesmo tempo que o pensamento” (Yates, 2007, p. 21) e a memória artificial, treinada pelo sistema de lugares e imagens.

Hoje, após inúmeros estudos, a memória ainda desperta no pesquisador sua curiosidade e admiração. De acordo com Sylvia Molloy (2003, p. 22): “O passado evocado molda-se por uma autoimagem sustentada no presente [...]”. Em *Memórias do Cárcere*, obra que se relaciona diretamente a um dos períodos críticos do Estado brasileiro, Graciliano Ramos (2014, p. 61), ao se deparar com “construções negras num terreno alagado”, imprime na narrativa uma das notáveis características do seu discurso literário, dizendo:

Bem, os célebres mocambos que José Lins havia descrito em *Moleque Ricardo*. Conheceria José Lins aquela vida? Provavelmente não conhecia. Acusavam-no de ser apenas um memorialista, de não possuir imaginação, e o romance mostrava exatamente o contrário. Que entendia ele de meninos nascidos e criados na lama e na miséria, ele, filho de proprietários? Contudo, a narração tinha *verossimilhança*. Eu seria incapaz de semelhante proeza: só me abalanço a expor a coisa observada e sentida.

Observar e sentir parecem ser palavras-chaves na escrita graciliana, porém transmitir o que se sente, a partir de observações – ou seja, partindo do princípio da impossibilidade de plasmar um retrato exato da realidade e, por isso, suplementá-la pelo

imaginário, de acordo com determinado “ponto de vista” – não seria uma forma de exercer semelhante proeza? E esta, por sua vez, em meio à *paixão* pelo imaginário da presença, não constituiria um caminho para persuadir?

Em sua obra *Infância*, cuja primeira publicação ocorreu em 1945, Graciliano Ramos demonstra reconhecer a impossibilidade de separação entre o real e o fictício, a partir de uma aparente resposta, que justificaria a *persona* adotada e talvez justifique, sendo a construção do sujeito fruto de sua vivência, rastros de si são impressos no texto que escreve. No entanto, tais rastros não podem ser tomados como verdade, por haver também uma escolha do que convém ou não ser dito na narrativa; pela memória; pelo ambiente, no qual se encontra inserido; pelo modo com que aprende e, a partir do qual, vai conduzir sua relação com o *outro*; pelas experiências, que, por sua vez, vão interferir nos relacionamentos. Lembremos que na referida década, Graciliano já era o que Lejeune vai chamar de *author*.

Desse modo, mesclam-se, no decorrer da narrativa, passado e presente, memória, experiência, reflexão e imaginação, o *eu* e a alteridade. Na avaliação de Alfredo Bosi (2013, p. 99): “As memórias de Graciliano ganham, nesse contexto, uma dimensão cultural ampla que o testemunho do olhar crítico ilumina com sofrimento e lucidez.”.

A criação da obra que é o cerne deste trabalho, salientada por Ricardo Ramos (2011, p. 143) quanto ao caráter estrutural com que seu pai o desenvolveu, chama a nossa atenção por nos parecer, não somente um método de organização pelo qual o escritor orientou o seu trabalho, mas uma metáfora que se estende na tentativa de remontar o que viveu em uma linha do tempo sequencial e congruente:

Mas o exemplo de *Infância* não me sai da cabeça. Porque vi os originais em curso, uma folha de rosto, em falta de melhor definição, me parece o mais próximo de um organograma literário. Os títulos ou temas estão circunscritos em retângulos fortes, que se ligam numa sequência ou se desdobram, descendentes, laterais, formando uma teia ao mesmo tempo imaginosa e lúcida.

Tentaremos criar aqui o nosso organograma, abordando temas que nos parecem mais pertinentes ao propósito deste artigo, pelos meios de socialização dos quais dispunha o menino rememorado, para então pensarmos em uma relação da leitura e da escrita como fator de intervenção e transformação da sua vida.

Entre nuvens, sol e trovões, algumas estações

Em *A idade do serrote*, o primeiro capítulo compõe-se de períodos independentes, nem mesmo em forma de prosa, mas assertivas que nos trazem a impressão de flashes, pequenos instantâneos a nortear a memória, já esgarçada pelo passar dos anos: “O dia, a noite. Adão e Eva – complementares e adversativos. Meus pais: Onofre e Elisa Valentina, Adão e Eva descendentes.” (Mendes, 2003, p. 23). De acordo com Marília Rothier Cardoso (2003, p. 7): “O encadeamento das lembranças é substituído pela intensidade de percepções esparsas, que iluminam pessoas situações, bichos e coisas, transpondo o vivido para figuras de sonho”.

Os três primeiros capítulos da obra, que é o cerne da nossa investigação, parecem formar um bloco único. Nuvens são “formações que se fazem e desfazem assumindo aspectos diversos, alguns surpreendentes.” (Bosi, 2013, p. 90), Manhã e Verão trazem a simbologia da luz, da claridade, a princípio amena, depois ofuscante. Nestas páginas iniciais, as recordações assemelham-se a fulgurações, e a narrativa em prosa se aproxima da construção de “Origem, memória, contato e iniciação”, de *A idade do serrote*, do escritor Murilo Mendes. Conforme a reflexão de Fátima Rocha (2012, p. 621):

Enquanto memorialistas, Graciliano e Murilo se assemelham: em lugar do encadeamento das lembranças, ambos escolhem a descontinuidade e a fragmentação, as quais encobrem a linearidade dos episódios e experiências, sem suprimi-la por completo.

O narrador de *Infância* nos conta sobre momentos de “inércia raramente perturbada por estremecimentos que [lhe] aparecem [...] como rasgões num tecido negro” (Ramos, 2015, p. 11). São as lembranças mais longínquas do narrador: lembrando-se da escola que serviu de abrigo durante a viagem de mudança do Estado de Alagoas para a zona rural pernambucana, onde o pai tentaria se manter como fazendeiro, este narrador inominado nos fornece impressões que lhe ficaram do meio no qual se desenvolveu, em consonância com o olhar maduro do adulto que revisita a criança de então.

Destacamos uma parte do parágrafo que inicia a composição dessa narrativa: “A primeira coisa que guardei na memória foi um vaso de louça vidrada, cheio de pitombas, escondido atrás de uma porta. Ignoro onde o vi, quando o vi, e se uma parte

do caso remoto não desaguasse noutro posterior, julgá-lo-ia sonho.” (Ramos, 2015, p. 9). Conforme Ecléa Bosi (2016, p. 73) nos esclarece: “A criança recebe do passado não só os dados da história escrita; mergulha suas raízes na história vivida, ou melhor, sobrevivida, das pessoas de idade que tomaram parte na sua socialização”. Tal aspecto pode ser encontrado na sequência do parágrafo de *Infância*, acima citado. Leiamos:

Talvez nem me recorde bem do vaso: é possível que a imagem, brilhante e esguia, permaneça por eu a ter comunicado a pessoas que a confirmaram. Assim, não conservo a lembrança de uma alfaia esquisita, mas a reprodução dela, corroborada por indivíduos que lhe fixaram o conteúdo e a forma. De qualquer modo a aparição deve ter sido real (Ramos, 2015, p. 9).

O autor também reconhece a característica dúbia impressa em suas *Memórias do Cárcere*, quando escreve logo na parte I, denominada “Viagens”:

O ato que nos ocorre, nítido irrecusável, terá sido realmente praticado? Não será incongruência? Certo a vida é cheia de incongruências, mas estaremos seguros de não nos haveremos enganado? Nessas vacilações dolorosas, às vezes necessitamos confirmação, apelamos para reminiscências alheias, convencemo-nos de que a minúcia discrepante não é ilusão (Ramos, 2014, p. 15).

Desse modo, podemos dizer que é pelo contato com o *outro* que a reminiscência pessoal se firma, é essa troca experimentada que empresta uma moldura ao quadro rememorativo e o impõe na galeria da história vivida. A partir dessa relação do sujeito com seus pares, nos é ofertada, muitas vezes imposta, a “ideia de mundo”, basilar na constituição desse sujeito. Para um entendimento mais fino: “Uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo” (Bosi, 2016, p. 411).

Desse modo, pode-se entender que o *eu* apresentado é momentâneo e tenta encontrar sua estabilidade, modifica-se ao sabor de novas vivências, as quais, contudo, não substituem as antecedentes, mas somam-se àquelas, que são, por sua vez, evocadas de acordo com a imagem que temos no momento atual. Há, então, em toda lembrança – e o campo artístico, mais especificamente o literário, não é exceção – um espaço no qual se infere a mútua cumplicidade existente entre a experiência e a sua “leitura” pelo sujeito:

A idade adulta é norteadada pela ação presente e quando se volta para o passado é para buscar nele o que se relaciona com suas preocupações atuais. Lembranças da infância para merecer a atenção do adulto são constrangidas a entrar no quadro atual (Bosi, 2016, p. 76).

No segundo capítulo da obra que estamos analisando, encontramos a seguinte passagem: “Naquele tempo a escuridão se ia dissipando, vagarosa. Acordei, reuni pedaços de pessoas e de coisas, pedaços de mim mesmo que boiavam no passado confuso, articulei tudo, criei o meu pequeno mundo incongruente” (Ramos, 2015, p. 21). A metáfora refere-se ao aspecto inconsistente com o qual se apresenta a tarefa de rememoração destes primeiros anos e que, com o passar do tempo, torna-se mais clara, entretanto, sem nunca deixar de existir nesta narrativa. Desse modo, o narrador reflete para contar: “Nesta vida lenta sinto-me coagido entre duas situações contraditórias — uma longa noite, um dia imenso e enervante, favorável à modorra. Frio e calor, trevas densas e claridades ofuscantes” (Ramos, 2015, p. 21).

Coagido pela força avassaladora da natureza, o narrador metaforiza, por meio dos fenômenos naturais, as figuras de seus pais e nos apresenta, assim, as relações familiares, que até o momento são praticamente o único meio de socialização do qual dispunha; segundo as informações colhidas ao longo do capítulo “Manhã”, ele contava entre dois e cinco anos de idade:

Bem e mal ainda não existiam, faltava razão para que nos afligissem com pancadas e gritos. Contudo as pancadas e os gritos figuravam na ordem dos acontecimentos, partiam sempre de seres determinados, como o sol e a chuva vinham do céu. E o céu era terrível, e os donos da casa eram fortes (Ramos, 2015, p. 22).

Símbolos de autoridade, de poder, de magnitude, os pais se portam de modo incompreensível, sendo o isolamento, a não percepção da presença do filho, o meio do qual este dispunha para escapar dos momentos de fúria, para se proteger. Durante a narrativa da obra em foco, a condição de rebaixamento do protagonista é evidente, em meio a uma relação de convivência mal compreendida e que se delineava intransigente e ameaçadora, relata: “Foi o medo que me orientou nos primeiros anos, pavor” (Ramos, 2015, p. 14). Contudo se os julgamentos e as ordens dos pais à criança pareciam desprovidos de significação, ao adulto já surgem como consequência das condições econômicas de que a família dispunha em determinado momento:

Hoje acho naturais as violências que o cegavam. Se ele estivesse embaixo, livre de ambições, ou em cima, na prosperidade, eu e o moleque José teríamos vivido em sossego. Mas no meio, receando cair, avançando a custo, perseguido pelo verão, arruinado pela epizootia, indeciso, obediente ao chefe político, à justiça e ao fisco, precisava desabafar, soltar a zanga concentrada. Aperreava o devedor e afligia-se temendo calotes. Venerava o credor e, pontual no pagamento, economizava com avareza. Só não economizava pancadas e repreensões. Éramos repreendidos e batidos (Ramos, 2015, p. 31).

Esta correlação entre forças desagua no capítulo “Um cinturão”, emblemático da autoridade arbitrária, conforme abordaremos no próximo tópico. Porém, importa desde já destacar “Adelaide” e “A Criança Infeliz” – porque são alvos emblemáticos, na *Infância*, da pujança do mais forte sobre o mais fraco no ambiente escolar, que recebem capítulos à parte. Adelaide, prima do narrador, é na escola de D. Maria do O “entre as vítimas desse diabo, a mais infeliz” (Ramos, 2015, p. 182), pois:

Os pais não queriam separar-se dela. E, ricos, podendo confiá-la a estabelecimento que ensinasse línguas difíceis, tinham resolvido instruí-la sem perdê-la de vista [...] Ora, [o pai] João Leite não conhecia os degraus da ciência. Acreditara num diploma da escola normal, entregara a filha a D. Maria do O. E, em consequência, uma vez por semana, carros de bois e cargueiros derramavam na escola fôrmas de açúcar, melado, sacos de grão, farinha. A princípio esse exagero fora recebido com alvoroço, mas habituaram-se a ele, esqueceram agradecimentos [...] Adelaide se rebaixara. Estava ali quase órfã. [...] Insensível ao pagamento largo, torturavam-na. [...] Um castigo – e logo o afã de obliterá-lo, explicá-lo como trabalho de educação. [...] Afinal, desapareceram as precauções (Ramos, 2015, p. 182-183).

Já “A criança infeliz” hostilizada, sem qualquer razão ou explicação por mais infundada que fosse, era vítima de alunos e do próprio diretor escolar, o qual “isolou-o numa ponta de banco, transformou-o em bicho de circo [...]” (Ramos, 2015, p. 260). E o narrador reencontrou-o muitos anos depois modificado, iniciado no crime e como destino morreu assassinado a punhaladas.

Em consonância com Antonio Candido (1992, p. 50), encontramos em *Infância*: “Por toda parte, recordações doídas de alguma injustiça, de alguma vitória descarada do forte sobre o fraco”. Este sentimento de inferioridade, de submissão, cultivado pelos entes familiares, vai refletir na relação com o aprendizado também conflituoso, caracterizado como mais um castigo em dissonância com novidades pedagógicas propagadas por Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas.

O menino, o réu e o preso político

Por volta de quatro ou cinco anos, o narrador teve o que chamou de primeiras relações com a justiça, figurando na qualidade de réu. O pai, ao acordar, nota a falta do cinturão que usava e, vendo apenas o menino próximo naquele momento, imputa-o culpado. Em meio a gritos, aplica a penitência: chicotadas nas costas. Logo depois, a descoberta da inocência: a fivela havia se despregado e o objeto permaneceu solto na rede onde estava deitado. Neste momento a relação não é a de pai e filho, mas, de acordo com as palavras do narrador, de réu declarado culpado, sem chance de defesa, e juiz, que, também sendo carrasco, aplica-lhe a penalidade imputada. O narrador mescla passado e presente, refletindo sobre as marcas que tais acontecimentos deixaram, conforme se lê no trecho abaixo:

O homem não me perguntava se eu tinha guardado a miserável correia: ordenava que a entregasse imediatamente. Os seus gritos me entravam na cabeça, nunca ninguém se esgoelou de semelhante maneira. Onde estava o cinturão? Hoje não posso ouvir uma pessoa falar alto. O coração bate-me forte, desanima, como se fosse parar, a voz emperra, a vista escurece, uma cólera doida agita coisas adormecidas cá dentro. A horrível sensação de que me furam os tímpanos com pontas de ferro (Ramos, 2015, p. 35).

Lembremos que o pai do narrador é tornado juiz substituto alguns anos após o caso do cinturão, quando a família se instala no Estado de Alagoas, emprego oferecido e aceito sem nenhum escrúpulo, considerando que este, segundo a narrativa: “Nada percebia de lei, possuía conhecimentos gerais muito precários. Mas estava aparentado com senhores de engenho, votava na chapa do governo, merecia a confiança do chefe político — e achou-se capaz de julgar.” (Ramos, 2015, p. 237). Após o pai ser investido desta nova função, o narrador nos conta nova situação vivida em casa com a chegada de Venta-Romba, um pedinte conhecido na pequena cidade. Leiamos a passagem em que o caso é narrado:

Eu experimentava desgosto, repugnância, um vago remorso. Não arriscara uma palavra de misericórdia. Nada obteria com a intervenção, certamente prejudicial, mas devia ter afrontado as consequências dela. Testemunhara uma iniquidade e achava-me cúmplice. Covardia. Mais tarde, quando os castigos cessaram, tornei-me insolente e grosseiro — e julgo que a prisão de Venta-Romba influiu nisto. Deve ter contribuído também para a desconfiança que a

autoridade me inspira (Ramos, 2015, p. 243).

O mesmo tipo de decisão arbitrária por meio dos representantes da justiça se verifica igualmente no relato das memórias do adulto. Se entendermos o meio, não apenas como a natureza, mas como o ambiente no qual estamos inseridos, as condições de vida daqueles presos políticos, entre os quais o autor se encontrava sem ter sofrido processo algum, tornam-se também fator de impotência. Em suas *Memórias do cárcere*, o porão do navio “Manaus” e a Colônia Correccional são exemplos da degradação imposta ao humano no “ambiente mais sórdido que se possa imaginar” (Ramos, 2014, p. 169), pela ausência de métodos indispensáveis à higiene básica, causa da inapetência sentida em grande parte do tempo em que esteve preso, marcando a relação de repulsa pelo lugar ao qual foi imposto, fazendo-o prever a doença e a morte. Em Graciliano Ramos (2014, p. 105) lemos:

A alma fugia-me, na verdade, e inquietava-me adivinhar que a resistência física ia abandonar-me também, de um momento para o outro: jogar-me-ia sobre as tábuas sujas, acabar-me-ia aos poucos, respirando amoníaco, envolto em pestilências.

Pelo ambiente opressor que reina na reconstrução das lembranças do menino e do adulto, coerentemente, o contato interpessoal pouco aparece e quase sempre reflete a solidão humana, tão marcada no conjunto da sua obra: fonte de sofrimento proveniente da convivência estabelecida com o próximo, a qual nos parece uma das chaves da obra graciliana, caracterizada como uma “dolorosa sensação da ‘descoberta do Outro’ [...] acompanhada da asfixiante certeza de que não há possibilidade de comunhão de coexistência, e que ou vencemos ou somos vencidos pelo Outro” (Coelho, 1978, p. 62).

Pelos exemplos destacados, à dolorosa sensação de descoberta do *outro*, podemos atribuir a conclusão do narrador de *Infância*: “Mais tarde, quando os castigos cessaram, tornei-me em casa insolente e grosseiro — e julgo que a prisão de Venta-Romba influiu nisto. Deve ter contribuído também para a desconfiança que a autoridade me inspira” (Ramos, 2015, p. 243). É clara a crítica ao caráter falho da justiça, quando nela prevalecem interesses particulares, nesse sentido encontramos Evaristo Barroca, Paulo Honório, João Nogueira, Dr. Magalhães, Julião Tavares, o proprietário da fazenda ao efetuar o pagamento a Fabiano, e muitos outros personagens que estão distribuídos ao longo dos romances do escritor e nas próprias *Memórias do*

cárcere, em que se lê:

Certo ele não havia determinado a minha prisão, mas era curioso encarregar-se de efetuar-la. Sem me incomodar com essa pequena vingança, pensei noutras, vi o país influenciado pelos tenentes que executam piruetas, pelas sobrinhas dos tenentes que executam piruetas. Desejariam os poderes públicos que eu mandasse aprovar com dolo a sobrinha do tenente, em Penedo? Não me exigiriam expressamente a safadeza, mas deviam existir numerosos tenentes e numerosas sobrinhas, e a conjugação dessas miuçalhas mandava para as grades um pai de família, meio funcionário, meio literato (Ramos, 2014, p. 29).

Mas o conceito de justiça não se detém àquela efetuada pelo Poder Estatal, permeando toda relação que permita, ao menos em certa medida, estabelecimento de hierarquia: entre pais e filhos; proprietários e empregados; professores e alunos. Em sua abordagem de *Vidas secas*, Nely Novaes Coelho (1978, p. 70) nos informa que a “total impossibilidade de compreender o real sentido dos gestos e reações dos outros é o que marca o isolamento de Fabiano.”. Este aspecto é claramente exposto em *Infância*, quanto às relações estabelecidas pelo narrador com certos personagens. Vejamos uma passagem que comprova isso:

Duas figuras me perseguiram na doença prolongada: o sujeito amável, visto na rua, e a criatura feroz da sala de jantar. As discrepâncias avultavam, acumulavam-se – e era difícil admitir que alguém fosse tão generoso e tão cruel. [...] Onde estava Chico Brabo? Qual dos dois era o verdadeiro Chico Brabo? Estarrecia-me esse desdobramento. [...] Em vão tentei harmonizá-los (Ramos, 2015, p. 154-155).

Tal isolamento reconhecido pode ser propiciado, ao menos, por três constantes, conforme nos é indicado por Sigmund Freud e as quais encontram-se perceptíveis na obra deste romancista, sendo responsáveis pela submissão, contra a qual as personagens gracilianas levantam-se em busca de alguma forma de sobrevivência. São estas as do “[...] próprio corpo, que, fadado ao declínio e à dissolução, não pode sequer dispensar a dor e o medo, como sinais de advertência; do mundo externo que pode se abater sobre nós com forças poderosíssimas, inexoráveis, destruidoras; e, por fim, das relações com outros seres humanos” (Freud, 2010, p.21). Estes capítulos, e conforme se percebe ao longo de toda a narrativa da *Infância*, tais recordações são marcadas por uma presença constante da repressão da subjetividade, que o adulto já é capaz de observar e relatar em um misto de história social e experiência individual. Portanto, cabe registrar as palavras

de Alfredo Bosi (2013, p. 95):

Há uma dimensão trágica nessa prática da violência conjugada com a tirania absoluta daquele que detém o poder de exercê-la. A condição de impotência em face do outro beira o absurdo e estará na raiz da reiterada expressão de perplexidade do narrador que se diz incapaz de encontrar sentido nas ações alheias e, às vezes, nas próprias.

Lições da *Infância*

O mundo das reminiscências infantis inclui o processo de alfabetização e permitirá, mais uma vez, estender o *eu* narrador a muitos outros que com ele se identificam. Não apenas nas relações familiares se reconhecerá o leitor, mas também nas lembranças do ambiente escolar, do qual fazem parte os professores, outros alunos, livros e autores descobertos. Por outro lado, esse narrador nos assume a sua atividade profissional no presente. Embora esta assunção não invalide em nenhum aspecto a universalidade da obra, a mesma implica maior solidez desse *eu* que reflete sobre si no momento da escrita e se reconhece como romancista, assumindo uma função na sociedade em que está inserido.

Para Sylvia Molloy (2003, p. 33), “Referências a livros, nas autobiografias, podem tomar muitas formas”. Tentaremos abordar duas destas ao menos: o livro na composição da cena de leitura e a referência a autores e suas obras, assim como a folhetins. “Descrever em *Infância* é também narrar”, afirma Alfredo Bosi (2013, p. 93). Valendo-nos de suas palavras, buscaremos remontar o percurso do narrador de Graciliano, desde o começo da alfabetização até as primeiras publicações em jornal.

O primeiro lugar mencionado nas suas lembranças da *Infância* é uma vasta sala de paredes sujas, cheia de meninos que, comandados por um homem de barbas longas, repetiam o alfabeto. Trata-se de uma escola que serviu de pouso para a família, durante a mudança de Quebrangulo (AL) para Buíque (PE). Nela, a cantiga do ABC entoada pelos alunos é registrada com peculiaridade pelo narrador, bem antes das primeiras letras lhe serem apresentadas:

Em escolas primárias da roça ouvi cantarem a soletração de várias maneiras. Nenhuma como aquela, e a toada única, as letras e as pitombas convencem-me de que a sala, as árvores, transformadas em laranjeiras, os bancos, a mesa, o professor e os alunos existiram. Tudo é bem nítido, muito mais nítido que o vaso (Ramos, 2015, p. 10).

Versos e estrofes continuam a surgir, por meio das cantigas entoadas pela mãe, por José Baía, José da Luz e outras personagens, servindo para reconstruir o ambiente marcado pela forte tradição oral, como o do Nordeste brasileiro. Algumas fazem referência a figuras políticas: “Pedro Paulino, Leodoro, Lorianio/ Foi a lei republicana/ Que inventou guarda local” (Ramos, 2015, p. 54). De acordo com o narrador de Graciliano Ramos: “Sem dúvida Floriano Peixoto e Deodoro da Fonseca eram grandes, tão grandes que, deixando a política, recebiam consagração popular e entravam nas emboladas” (Ramos, 2015, p. 54).

Toda essa narração, distribuída entre os primeiros quatorze capítulos da obra que é o cerne deste artigo, nos conduz lentamente ao início da alfabetização do protagonista, vista como casualidade, embora a leitura já estivesse no ambiente familiar, ainda que de modo precário: “Minha mãe lia devagar, numa toada inexpressiva, fazendo pausas absurdas, engolindo vírgulas e pontos, abolindo esdrúxulas, alongando ou encurtando as palavras. [...] Essas deturpações me afastaram do exercício penoso” (Ramos, 2015, p. 73).

Em *Infância*, a solidão, sua e de outros personagens, causada pela impossibilidade de comunicação, vai marcar este narrador inominado e o meio que permite o estabelecimento da comunicação com o outro – ou seja, a transformação – dentro desta narração, é a dimensão que a leitura e a escrita passam a exercer naquele cotidiano, caracterizando o perfil de escritor introspectivo atribuído a Graciliano Ramos. Este processo, no entanto, não se dá de forma serena, mas dolorosa, bruta.

O capítulo “Leitura” traz os primeiros ensinamentos e reúne na mesma figura de autoridade o pai e o professor, quando “uma vez por dia o grito severo [o] chamava à lição” (Ramos, 2015, p. 112). A esse respeito, cabe citar as observações de Molloy (2003, p. 35), sobre a figura do mentor: “No século XIX, a figura é em geral um homem, porque a leitura está associada aos homens e à autoridade”.

Pelo olhar do narrador, a autoridade dos pais parece sempre ser arbitrária, como consequência das regras de convivência que se delineavam intransigentes e ameaçadoras. Essa noção vai permear também as primeiras lições de escrita, vista como fruto de um processo doloroso e sem sentido, porque o menino não compreendia como os traços grafológicos poderiam funcionar como “armas terríveis” (Ramos, 2015, p. 109). Após ser matriculado na escola, ele verifica que o autoritarismo se repete nas

figuras professorais tanto masculinas, quanto femininas: “O lugar de estudo era isso. Os alunos se imobilizavam nos bancos: cinco horas de suplício, uma crucificação” (Ramos, 2015, p. 206).

Lembrando que a escola é igualmente um ambiente de socialização, podemos dizer que este processo vai se confundir com o processo de autoconhecimento a partir do *outro*, conforme se observa na seguinte passagem da obra: “No íntimo julgava-me fraco. Tinham me dado esta convicção e era difícil vencer o acanhamento” (Ramos, 2015, p. 123).

No decorrer da leitura, nota-se que a “memória do narrador denuncia o descompasso entre as teorias educacionais com suas boas intenções e a prática efetiva em que se dá a socialização da criança” (Bosi, 2013, p. 101). Aqui, o crítico se refere aos livros adotados, como o do Barão de Macaúbas, em contraste com as ações dos professores, sem esquecer ser a educação um processo global, proveniente também do tratamento familiar.

Importa enfatizar que a narrativa é povoada por cenas de leitura, sendo impossível registrar todas nestas páginas. No entanto, considerando que “a experiência envolve um reconhecimento da leitura que é qualitativamente diferente da leitura praticada anteriormente [...]” (Molloy, 2003, p. 34), podemos destacar a personagem D. Maria, professora escolar, que representa o oposto da associação entre ensino e autoritarismo, devido à sua personalidade serena. Em sua sala de aula, o aluno “livre das emanções ásperas, [...] tinha a calma precisa para arrumar, sem muitos despropósitos, as sílabas que se combinavam em períodos concisos” (Ramos, 2015, p. 122).

Para os propósitos de nossa investigação cabe destacar, no capítulo “Cegueira”, o doloroso depoimento sobre a oftalmia, que leva o narrador a concluir: “Na escuridão percebi o valor enorme das palavras” (Ramos, 2015, p. 146). Podemos perceber que, apesar do quase torturante meio de ensino, com que foi iniciado o seu aprendizado, é este que o livra da completa escuridão, que vai guiá-lo a um mundo interior e que só através da palavra é estabelecido o seu contato com o mundo externo.

Há também a ordem paterna para ler um romance em voz alta e o término da página sem ser repreendido, rara situação de diálogo familiar, que permite perguntas e concede explicações: “[...] no meio do capítulo pôs-se a conversar comigo, perguntou-me se eu estava compreendendo o que lia. Explicou-me que se tratava de

uma história, um romance, exigiu atenção e resumiu a parte já lida” (Ramos, 2015, p. 207).

Como fruto dessa experiência favorável, após as objeções da prima Emília aos seus argumentos de incapacidade, o menino se arrisca a ler sem supervisão pela primeira vez: “Reli as folhas já percorridas. E as partes que se esclareciam derramavam escassa luz sobre os pontos obscuros. Personagens diminutas cresciam, vagarosamente me penetravam a inteligência espessa. Vagarosamente” (Ramos, 2015, p. 210).

Após diversos percalços que marcaram seu letramento, há o capítulo que mereceu o nome do escritor escocês. Nesta parte, o narrador de Graciliano Ramos (2015, p. 215-216), ao ler um jornal na loja de seu pai e reconhecer o nome “Samuel Smiles”, cuja pronúncia do sobrenome já havia sido esclarecida pela personagem do professor Rijo, o menciona em voz alta e, apesar das várias correções feitas por aqueles que o ouviram, não se angustia com o olhar do *outro* pela primeira vez e conclui: “E as pilhérias dos sujeitos resvalaram por mim sem fazer moça. O coração aliviou. [...] E enrosquei-me, embrenhei-me no dicionário, eximi-me da influência dos três malvados”. Essa nova atitude do menino face ao seu desempenho oral deixa entrever um conceito de leitor diverso daquele encontrado no início da narrativa. Conforme Raquel Guimarães (2012, p. 55):

A fragmentação, antes um canto incompreensível, um gemer solitário, uma falta de palavras e sentido, tem outra conotação. O caminho escolhido, a sua toada pessoal, qual seja o de procurar um espaço de leitura, consultar o dicionário e construir um sentido próprio para o texto lido, mostra o trabalho árduo do leitor e demonstra o grau de envolvimento que o menino tem com o empreendimento que é, para ele, o ato de ler.

A partir deste momento, o narrador vai andar “[...] nos fuzuês de Rocambole [...], em folhetos devorados na escola, debaixo das laranjeiras do quintal, nas pedras do Paraíba, em cima do caixão de velas, junto ao dicionário que tinha bandeiras e figuras” (Ramos, 2015, p. 232), para algum tempo depois, tornar-se um dos diretores e escritores do jornal local *Dilúculo*. Evidencia-se, em *Infância*, a referência ao romance de folhetim, gênero que alcançou ampla difusão entre a maioria dos leitores, pelo baixo custo de compra de jornais, pela linguagem coloquial e pelos enredos leves. Encontramos aqui uma crítica às leituras escolares:

Surdo às explicações o mestre, alheio aos remoques dos garotos, embrenhava-me na leitura do precioso fascículo, escondido entre as folhas de um atlas. Às vezes procurava na carta os lugares que o ladrão terrível percorrera. E o mapa crescia, povoava-se, riscava-se de estradas por onde rodavam caleças e diligências. Conheci desse jeito várias cidades, vivi nelas, enquanto os pequenos em redor se esgoelavam, num barulho de feira (Ramos, 1995, p. 233).

O narrador desta obra recorda a si mesmo como um menino incompreendido, cuja sensibilidade era cotidianamente esmagada por forças maiores: o poder dos pais, dos professores, da natureza, sendo assolado pelo juízo que lhe faziam e, por sua vez, incompreendia as regras de convivência que o cercavam. Porém, o marco da sua transformação em relação a si e aos outros é justamente a palavra. Citando referências a autores, como Joaquim Manuel Macedo, Júlio Verne e Paul Kock, é pela leitura dos folhetins (e não dos compêndios escolares) que se firma a sua alfabetização, torna-se um leitor ávido da biblioteca de Jerônimo Barreto e ingressa na organização de jornal local com a publicação dos primeiros textos.

O menino e o escritor no traço de união do autor

Relacionando o ambiente às sensações experimentadas, os sentidos frequentemente mencionados são emblemáticos na representação do modo de vida do narrador. As referências à visão, à audição e ao tato são mais constantes em *Infância*, talvez pela difícil alfabetização que ele vivenciou, baseada em castigos corporais com a palmatória; ou mesmo pelo perfil introspectivo de um menino condicionado a obedecer a ordens que não compreendia. Não podemos deixar de mencionar ainda o depoimento sobre a oftalmia, em um dos capítulos mais emocionantes da obra em análise: “Movia-me penosamente pelos cantos, infeliz e cabra-cega, contentando-me com migalhas de sons, farrapos de imagens, dolorosos” (Ramos, 2015, p. 150).

Contentar-se com migalhas, relacionar o que via e ouvia ao medo e declarar-se só: todas estas afirmações servem como instrumentos de orientação para aquele narrador/menino, que se via limitado pela doença nas poucas atividades que lhe eram permitidas. Por sua vez, este processo da doença vai auxiliar em uma das descobertas mais impactantes para ele: a vulnerabilidade da carne e, conseqüentemente, seu caráter finito. Como efeito imediato de tal descoberta, a morte deixa de ser um conceito vago, representado pelas almas de outro mundo, duendes e lobisomens, e concretiza-se pelo

processo de decomposição do corpo, levando-o a concluir:

A carne se eriçava, o sangue badalava na artéria. Isso tudo seria gasto pelos vermes. A imagem horrorosa se obstinava. As imagens também seriam gastas pelos vermes. Então para que me fatigar, rezar, ir à loja e à escola, receber castigos da mestra, esquentar os miolos na soma e na diminuição? Para que, se os miolos iam derreter-se, abandonar a caixa inútil? (Ramos, 2015, p. 191)

Uma possibilidade que se apresenta durante a leitura da obra em foco, é pensar o próprio corpo como *outro*. Corpo este que nos aflige com suas chagas ao longo da vida e, neste sentido, também a memória, que se nos apresenta dúbia em suas recordações pelo seu caráter falho. No último capítulo, o corpo doente reaparece: “Adoecei. A artrite amarrou-me à espreguiçadeira, o meu desgraçado corpo se cobriu de manchas” (Ramos, 2015, p. 267). Em carta ao amigo Mota Lima, Graciliano (2011, p. 17) explica a demora em escrever-lhe: “Doença nos dentes, doença na garganta, doença nos ossos, doença em partes inconfessáveis, uma chusma de achaques que sinto sempre que se avizinham chuvas. Este meu corpo é um saco de moléstias”.

Frente ao corpo efêmero – símbolo de sua existência material – impotente contra a ação do tempo, a escrita ganha foros de guardião da memória, da presença do *eu*. E mais: incorpora-se àquele que escreve, tornando-se uma extensão do próprio corpo e promovendo a ilusória sensação de infinitude. Nesse sentido, Freud (2010, p. 33-34) nos esclarece:

Com todos os seus instrumentos ele aperfeiçoa os seus órgãos — tanto motores como sensoriais — ou elimina os obstáculos para o desempenho deles. Os motores lhe colocam à disposição imensas energias, que tal como seus músculos ele pode empregar em qualquer direção; os navios e os aviões não deixam que a água e o ar lhe impeçam a movimentação. Com os óculos ele corrige as falhas da lente de seu olho, com o telescópio enxerga a enormes distâncias, com o microscópio supera as fronteiras da visibilidade, que foram demarcadas pela estrutura de sua retina. Com a câmera fotográfica ele criou um instrumento que guarda as fugidias impressões visuais, o que o disco de gramofone também faz com as igualmente transitórias impressões sonoras; no fundo, os dois são materializações da sua faculdade de lembrar, de sua *memória*. Com o auxílio do telefone ele ouve bem longe, de distâncias que seriam tidas por inalcançáveis até mesmo em contos de fadas; *a escrita é, na sua origem, a linguagem do ausente*, e a casa, um sucedâneo do útero materno, a primeira e ainda, provavelmente, a mais ansiada moradia, na qual ele estava seguro e sentia-se bem.

Lembremos que o narrador desta obra recorda a si mesmo como um menino incompreendido, cuja sensibilidade era cotidianamente esmagada por forças maiores: o poder dos pais, dos professores, da natureza, sendo assolado pelo juízo que lhe faziam e, por sua vez, incompreendia as regras de convivência que o cercavam. Porém, a partir da leitura dos folhetins, e não dos compêndios escolares, inicia-se sua alfabetização e formação como leitor – processo que o conduzirá à profissão de escritor.

É esta experiência impactante que move a narrativa e devolve à palavra escrita, à leitura e à literatura a força transformadora do indivíduo, experiência que assume proporções universais, a qual a ausência de pacto de leitura só vem reforçar, quando cada leitor, mesmo fora da região do Nordeste e em diferente situação econômica, a reconhece como libertadora e a ela empresta seu nome.

Em síntese, Graciliano Ramos empresta as suas palavras a um narrador adulto que rememora a sua *Infância* e por elas, elemento que transforma o vivido, ata as duas pontas da vida, não de forma dogmática, tencionando restaurar o passado em sua plenitude como um *Dom Casmurro*, mas na tessitura de imaginação e vivência, renovando sempre a memória, que se mostra inesgotável a cada nova leitura, assim como a escrita de *Infância*.

Assim, percebemos que a palavra escrita registra a presença, ao menos dificultando que aquele que escreve desapareça por completo e caia no esquecimento dos demais, pois viver também é viver na memória do *outro*. E mais – segundo Gagnebin (2006, p. 45): “E que as inscrições funerárias estejam entre os primeiros rastros de signos escritos confirma-nos igualmente, quão inseparáveis são memória, escrita e morte”.

Concordamos com a pesquisadora e, por isso, afirmamos que paradoxalmente, há um parentesco entre memória, escrita e vida. Pois, quando a lembrança de nossa voz ou o calor de nosso abraço não mais puderem ser percebidos por aqueles que amamos, nossa escrita também nos fará presentes (para não falar dos recursos audiovisuais), seja por autobiografia, cartas, e-mails ou outro tipo de registro pessoal. Sendo assim, esta frágil aliança entre a palavra escrita e a memória constitui-se em um caminho tomado pelo sujeito de salvaguardá-la, despertando no humano seu interesse desde as sociedades clássicas.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. Passagens de Infância de Graciliano Ramos. In: BOSI, Alfredo. *Entre a literatura e a história*. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 87-111.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. 3ª ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2016.

CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

CARDOSO, Marília Rothier. Prefácio. In: MENDES, Murilo. *A idade do serrote*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 7-19.

COELHO, Nely Novaes. Solidão e luta em Graciliano. In: BRAYNER, Sônia (Org.). *Graciliano Ramos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 60-72.

FREUD, Sigmund. O Mal-Estar na Civilização (1930). In: FREUD, Sigmund. *Sigmund Freud. Obras Completas vol. 18. O mal-estar na civilização, Novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. Livro digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8212143/mod_resource/content/2/FREUD%20C%20Sigmund.%20Obras%20Completas%20%28Cia.%20das%20Letras%29%20-%20Vol.%2018%20%281930-1936%29.pdf>. Acesso em: 24/01/2025.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Verdade e memória do passado. In: GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006. p. 39-47.

GUIMARÃES, Raquel. *Rastros da leitura, trilhas da escrita: o leitor em Pedro Nava e Graciliano Ramos*. Campinas: Ed. RG, 2012.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2008.

MENDES, Murilo. *A idade do serrote*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MOLLOY, Sylvia. Introdução. In: MOLLOY, Sylvia. *Vale o escrito: a escrita autobiográfica na América Hispânica*. Chapecó: Argos, 2003. p. 13-26.

MOLLOY, Sylvia. O leitor com o livro na mão. In: MOLLOY, Sylvia. *Vale o escrito: a escrita autobiográfica na América Hispânica*. Chapecó: Argos, 2003. p. 30-61.

RAMOS, Graciliano. *Cartas*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2014.

RAMOS, Ricardo. *Graciliano: retrato fragmentado*. São Paulo: Siciliano, 2011.

ROCHA, Fátima. Ficções da infância em Graciliano Ramos e Murilo Mendes. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 16., 2012, Rio de Janeiro. *Anais do XVI CNLF*. Rio de Janeiro: Cadernos do CNLF, v. 16, n. 04, t. 1, pág. 621-632. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xvi_cnlf/tomo_1/tomo_1.pdf>. Acesso em: 24/01/2025.

YATES, Frances A. *A arte da memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

Recebido em: 25/01/2025

Aceito em: 30/05/2025